

A CRISE ECONÓMICA E A ÉTICA

António Bagão Félix

Porque o tempo é ininterrupto e um novo ano é uma convenção de calendário, chegámos a 2009 com a herança de 2008 e a palavra **crise** cansativamente omnipresente.

Diz a sabedoria chinesa que **crise** significa *perigo*, mas também *oportunidade*. É por isso que 2008 terá sido um tempo com coisas para esquecer, mas não um ano para esquecer. Pelo contrário, devemos tirar lições para o futuro.

A crise pode começar por ser explicada por muitas razões a que chamaria *paramétricas*, desde as taxas de juro, ao nível de crédito ou de endividamento ou de outras variáveis da macro e da micro economia.

Nesta breve análise, saliento o fenómeno avassalador do **endividamento**. Dos Estados, das empresas, do sistema bancário, das famílias. Perdeu-se a ideia da poupança. O motor de tudo e de nada passou a ser a dívida e o crédito. Quando tudo se baseia no endividamento, geram-se fenómenos perversos de desresponsabilização, de impunidade e de "risco moral". Mas, sobretudo, alimenta-se um atroz egoísmo geracional, como que deixando para as próximas gerações o pagamento dos encargos que hoje abundantemente criamos através de um consumo sem limites. Quando uma família se endivida em excesso está, pura e simplesmente, a dizer que vai pagar (?) esses encargos através de sacrifícios futuros. Quando o Estado emite dívida pública está a anunciar anestesiadamente impostos futuros para pagar essa mesma dívida. Ou seja, estamos todos a hipotecar seriamente o futuro das próximas gerações.

Ao sobrestimar a dívida, o mundo esqueceu-se de valorizar a **poupança**. Portugal não fugiu à regra. O comum dos portugueses foi abandonado no que se refere ao seu património. Com dinheiro ilusoriamente barato, os bancos viraram as costas ao aforrador clássico.

Ao mesmo tempo, estimulou-se o investimento em produtos de maior risco, sempre apresentados como grandes oportunidades de obter altos rendimentos. Investimentos de pura especulação, numa cadeia de produtos derivados que perderam a ligação a bens concretos e à economia produtiva. Aquilo a que agora se chama "bolhas especulativas" que, como tal, feitas de "gás" rebentam mais tarde ou mais cedo.

Do lado do **crédito** a que assistimos? À apologia sem limites do crédito fácil, do compra hoje e paga mais tarde, do endividamento, por dá cá aquela palha, desde o essencial ao mais escusado e fútil bem ou serviço. Choveram em muitas casas cartas com ilusórios créditos *à la corte*, sem rosto, por via electrónica ou telefone, ou de "oferta" de cartões de crédito de toda a espécie.

Ao menos que esta crise permita a lição de que é necessário **voltar à essência**, a discernir a utilidade da futilidade, a dar valor à poupança, a separar o trigo do joio no investimento, a olhar para além da ilusão do dia seguinte.

Mas para além de todas as razões técnicas que se possam apontar, a primeira e decisiva causa da crise reside, na minha opinião, na vertente comportamental

resultante de uma forte **erosão ética**. Vivemos um tempo em que emergiram escancaradamente as consequências de um mundo em que a fronteira entre o bem e o mal se dilui numa espécie de uma porosa "pedra-pomes" axiológica. Conhecem-se, agora, *urbi et orbi* situações indesejáveis e queda de falsos ícones resultantes da deficiente conjugação entre **direitos e deveres**, do enfraquecimento do sentido de **responsabilidade** e da incapacidade de os poderes públicos responderem em plenitude às exigências que impende sobre todo e qualquer bem económico ou social.

Estamos a compreender, de um modo flagrante, que nunca se deve confundir a ideia da ética com a ideia da moralidade. **Ética** é cada um confrontar-se com o seu dever. **Moralidade** é cada um ocupar-se com o dever dos outros. Muitos pregam a dita moralidade (para os outros) e esquecem o exemplo e a autenticidade dos valores quando se trata de praticarem o que aos outros exigem. Por palavras diferentes: não basta uma **ética da terceira pessoa**, é imprescindível uma **ética da primeira pessoa**.

Ficou também provado com esta crise global que não bastam as leis se a acção das pessoas não radicar em princípios éticos sólidos. É que nenhuma lei proíbe o egoísmo, a ganância, a mentira, o desprezo, o ódio, a malvadez, como infelizmente se constata. Esta crise mostra também os custos humanos e sociais de se olhar para as pessoas como meios ou instrumentos e não como fins, e de se terem rompido os limites da prudência e do risco.

O relativismo e o minimalismo éticos em que as sociedades mergulharam acabam por diluir a distinção entre o bem e o mal, por amolecer as consciências, por fazer germinar e propagar a indiferença. É também o relativismo que faz tanta gente consumir-se no consumismo e na obsessão da troca, que corrompe almas por troca com uma qualquer mordomia. É ainda o relativismo que promove a estatística à categoria de mãe de todas as análises frias e racionais, que igualiza, moralmente, **fins e meios**. Um relativismo, por fim, que idolatra e transforma em ícones a copiar, os "vencedores" seja nos negócios, no desporto, na política, na comunicação social, mas que ignora os "perdedores" entre os quais estão os pobres, os velhos, os sós, os que não têm voz, os que não consomem.

No plano da vida económica e social, o princípio fundamental é o princípio da **centralidade e dignidade da pessoa humana**, princípio, fim e sujeito de todas as instituições. Associado a estes princípios está o direito à propriedade privada mediante o trabalho, mas que não sendo absoluto e intocável está subordinado ao direito ao uso comum. Logo, a propriedade privada é um meio, não um fim. Desempenhando uma insubstituível função social, daí decorre que sobre ela impenda uma verdadeira e justificada **"hipoteca social"**. Claro está que nos tempos de hoje há que reler este princípio à luz das novas formas de propriedade do conhecimento, de novos recursos técnicos e da globalização.

Ainda a nível de um mundo em que se globaliza mais facilmente o mal do que o bem, também não pode ser esquecida a divergência crescente entre o que se proclama e o que depois se faz ou acontece. Por

exemplo, fala-se até à exaustão de coesão social, mas assiste-se a despudoradas desigualdades e a uma lógica de fragmentação social. Discursa-se pelos pobres, mas vem-se subsidiando ou apoiando quem não precisa. Elogia-se a solidariedade, mas cai-se na tentação de premiar o egoísmo. Fala-se sem limites da educação dos direitos mas esboroa-se a aprendizagem cívica dos deveres, a educação do carácter e a cultura da responsabilidade. Esfuma-se a respeitabilidade pelo esforço, sabedoria e experiência, mas acentua-se o prémio da esperteza e do oportunismo.

Ao mesmo tempo, em importantes meios empresariais premiou-se o arrivismo, o mediatismo inconsequente, a visão de curto-prazo. Como na política onde em geral se governa a olhar para umas próximas eleições e não para as próximas gerações, na vida das empresas o gestor passou a olhar tão-somente para o seu curto mandato com a preocupação de maximizar resultados, arrecadar prémios de gestão, ter boa imagem mediática, mesmo que toda essa **visão imediata e táctica** prejudique a perspectiva de mais longo prazo e estratégica da vida da empresa.

A crise oficialmente declarada deveria também servir para sentenciar **os paraísos fiscais** a uma definitiva condenação. Com eles a corrupção medrou e o terrorismo, a droga e o armamento progrediram. Os paraísos fiscais são a vergonha despudorada de que o crime compensa, a esperteza vence, o golpe rende. No entanto, a comunidade internacional e a diplomacia hipócrita fingem fechar o postigo e deixam escancarada a porta.

Em síntese, dêm-se as voltas que se derem, não há "soluções técnicas" para "défices éticos". Sob pena de recidivas cada vez mais dolorosas...

